Projeto da AGU causa polêmica e OAB pede análise

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil quer saber se proposta de lei do advogado-geral da União diminui a independência dos profissionais

BRASÍLIA

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, pediu às comissões nacionais de advocacia pública e de legislação da entidade que avaliem o projeto de lei complementar do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que estabelece medidas polêmicas, como a tipificação como infração funcional dos pareceres de advogados públicos que contrariarem orientações de seus superiores hierárquicos.

O projeto foi enviado pelo governo ao Congresso para, via lei complementar, alterar a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União. A proposta limita a ação dos advogados e procuradores da AGU e permite a nomeação de pessoas não concursadas para ocupar cargos no órgão. O projeto precisa ser votado na Câmara e no Senado para ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff. A AGU tem hoje 7.481 integrantes, entre advogados, procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional.

"Se vier a confirmar a suspeita de que isso está diminuindo a independência técnica do advogado público, nós vamos tentar, num primeiro momento, articular a retirada do projeto", anunciou Ophir. Se a providência não tiver sucesso e a lei for aprovada, a entidade poderá questioná-la na Justiça por meio de um mandado de segurança ou por uma ação direta de inconstitucionalidade.

De acordo com Ophir, a OAB deve tomar uma posição sobre o assunto em outubro. "Estamos analisando esse projeto. A proposta que limita a ação dos advogados é um aspecto que preocupa por causa da independência que o advogado tem de ter, seja ele público, seja ele privado", disse o presidente da Ordem.

O item que prevê a nomeação como advogados federais de pessoas de fora da carreira também será analisado pela OAB. "Hoje, nos ministérios, as consultorias são cargos de confiança dos ministros. O ideal seria que tivéssemos advogados das carreiras nas chefias das consultorias. Essa é uma luta classista da advocacia pública, para dar à advocacia pública a conotação de Estado e não de governo ou governante", afirmou Ophir.

● **Preocupação**

OPHIR CAVALCANTE
PRESIDENTE DA OAB

" Estamos analisando esse projeto. A proposta que limita a ação dos advogados é um aspecto que preocupa por causa da independência que o advogado tem de ter, seja ele público, seja ele privado"

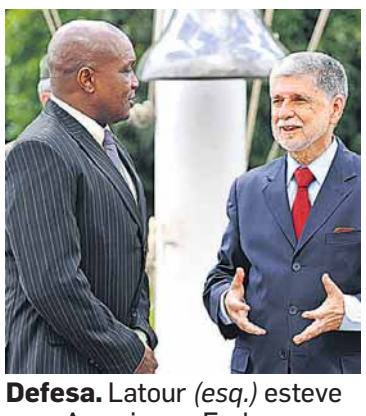
Críticas. "Se o projeto for aprovado do jeito que foi enviado ao Congresso, os defensores da União perderão a independência de que necessitam para trabalhar, porque poderão ser comandados por pessoas nomeadas ao gosto do dirigente de plantão", criticou Marcos Luiz da Silva, presidente da Associação Nacional dos Advogados da União.

Já o senador Álvaro Dias (PR), líder do PSDB, disse que o Congresso terá de impedir a aprovação da parte que elimina o concurso. "O fato de tentar driblar a realização do concurso é inadmissível. Isso é um retrocesso e puxa a gestão para baixo", disse.

Em nota, o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal disse que as seis entidades que formam a entidade fizeram algumas sugestões para aperfeiçoá-lo, "objetivando contribuir com propostas e criticar alguns pontos que entendem como prejudiciais". Todavia, segundo a nota, "jamais houve qualquer afirmação de que o PT ou sua base aliada estão usando a nova Lei Orgânica para aparelhar a AGU".

A assessoria de comunicação da AGU disse que órgãos representativos de advogados públicos têm críticas ao projeto, "mas nenhum defende a premissa de que há aparelhamento político ou crise institucional".

Brasil moderniza defesa da Guiana e do Suriname



Defesa. Latour *(esq.)* esteve com Amorim na Embraer

Roberto Godoy

A estrutura da Defesa da Guiana e do Suriname, os dois menores países da fronteira norte do Brasil, será modernizada com o suporte da indústria e das organizações militares do País. Ontem, o ministro da Defesa, Celso Amorim, esteve em Georgetown, a capital da Guiana, com o presidente, Donald Ramotar, e o secretário de Defesa, Roger Luncheon. Na pauta, a necessidade de aumentar a vigilância da fronteira. Mais tarde, com a ministra de Relações Exteriores, Carolyn Rodrigues-Birkett, foi discutida a preocupação de ambos os governos com o crescente número de garimpeiros clandestinos, "cerca de 35 mil na região", conforme o porta-voz, Edmond Blond.

Há mais que isso. As Forças de Defesa da Guiana têm 1.100 militares – 900 homens e mulheres no Exército, 100 na Aeronáutica e 100 na Marinha; Guarda Costeira e Patrulha Fluvial, basicamente. A população total é estimada em 800 mil pessoas.

A tropa já usa equipamento do Brasil. São 6 velhos Cascavel armados com canhão de 90 mm, e 11 blindados Urutu, de transporte anfíbio. Para melhorar a segurança da divisa com o Brasil, será necessário criar ao menos um esquadrão aéreo de ataque leve, dotado dos turboélices Super Tucano, da Embraer.

Além disso, o intercâmbio de oficiais nos centros militares de formação e especialização brasileiros está em negociação.

A Guiana tem uma certa preocupação com a Venezuela, que mantém em aberto uma pendência territorial na tríplice fronteira com o Brasil. A FAB construiu uma pista a 6,5 quilômetros dos territórios dos dois vizinhos.

Amorim chega hoje de manhã a Paramaribo, capital do Suriname. Há sete meses, o ministro da Defesa surinamês, Lamouré Latour, esteve com o colega brasileiro na fábrica da Embraer, em São José dos Campos (SP). Na agenda, a aquisição de dois a quatro Super Tucanos. navios-patrulha leves, de 500 toneladas, e a revitalização da frota de blindados fornecidos pelo Brasil em 1983. "De quebra, gostaria de ter acesso aos dados captados pelo Sistema de Proteção da Amazônia", disse o presidente Dési Bouterse. Aí, acreditam especialistas, há um problema. O DEA, principal agência americana de repressão ao narcotráfico, qualifica o país de 487 mil habitantes e 1.840 soldados como importante conexão das rotas internacionais de circulação de cocaína.

Governo paga 50% dos dias parados de 8 mil grevistas

Vannildo Mendes / *BRASÍLIA*

Depois de endurecer com os grevistas do setor público, o governo federal autorizou ontem o pagamento de 50% dos dias descontados de 8.931 servidores grevistas. O desconto alcançou os dias parados entre 15 de julho e 15 de agosto, quando a adesão ao movimento atingiu o pico e o governo anunciou medidas repressivas. O impacto dessa concessão custará R$ 13,3 milhões aos cofres públicos.

A devolução entra hoje na conta de cada servidor e, segundo informou o Ministério do Planejamento, beneficiará apenas categorias que retornaram ao trabalho após assinarem o acordo de reajuste salarial de 15,8%, fatiado em três parcelas. A devolução da outra metade depende da aprovação de uma planilha de reposição das horas não trabalhadas, que cada categoria deve firmar com seu órgão de origem. A primeira a ter a recuperação total dos dias parados foi a dos servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O cumprimento das planilhas será monitorado pela Controladoria-Geral da União e os que desrespeitarem o compromisso terão o corte do ponto confirmado no contracheque, conforme avisou a ministra Miriam Belchior em instrução aos órgãos públicos atingidos por greves. Cada proposta terá de ser aprovada também pelo Planejamento, que avaliará se ela corresponde à reposição real do que foi perdido. O plano será colocado à disposição na internet e terá seu cumprimento fiscalizado em inspeções rotineiras nas repartições.

Anistia. O rigor do discurso oficial, todavia, não encontra respaldo nos números. Pelos cálculos do próprio governo, 80 mil servidores – ou 350 mil, segundo o comando do movimento – participaram da greve no seu auge, entre julho e agosto, quando foi determinado o corte de ponto de 11.959 pessoas, menos de 15% do total de faltosos. Com a anistia parcial adotada, restam apenas 2.536 servidores com o ponto efetivamente cortado, ou pouco mais de 3% dos que cruzaram os braços, na contabilidade oficial.

UESLEI MARCELINO / REUTERS

'Fã' de Dilma invade Palácio

Fã de Dilma Rousseff, Edmeire Celestino da Silva tentou invadir ontem o Palácio do Planalto dizendo ser "marido" da presidente. Edmeire tem uma página no Facebook, onde publica mensagens, todas falando da sua paixão pela presidente Dilma.